

Repensando o espaço cívico em uma era de crises interseccionais: um resumo informativo para financiadores

Por Ben Hayes e Poonam Joshi

Maio de 2020

Funders' Initiative
for Civil Society

at  Global Dialogue

Este trabalho resume as principais conclusões da análise elaborada pela FICS em 2019, cujo objetivo era criar um arcabouço estratégico por meio do qual financiadores independentes pudessem responder de forma mais eficaz ao fenômeno do fechamento do espaço cívico por meio de intervenções colaborativas e direcionadas.

Criada em 2016, a FICS reúne atores da filantropia privada de todo o mundo para ajudar a defender e ampliar o espaço de participação cívica. A análise foi projetada para servir de provocação para os financiadores do espaço cívico refletirem sobre o contexto variável do trabalho que fazem e proporcionar uma plataforma para eles traçarem estratégias de defesa e ampliação do espaço cívico ao longo da próxima década.

O presente trabalho está baseado em uma nota informativa preparada para a reunião “Future of Civic Space”, realizada em Londres, em dezembro de 2019.

Sobre os autores

Ben Hayes é diretor da AWO, uma firma de advocacia e agência de consultoria em direitos sobre dados. Antes disso, ele trabalhou com a Agência das Nações Unidas para Refugiados, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Comissão Europeia e várias ONGs de direitos humanos, liberdades civis e justiça social. Ele já publicou diversos artigos sobre questões relacionadas a segurança internacional, antiterrorismo, controle de fronteiras e proteção de dados de pessoas vulneráveis. Ben é PhD graduado pela Universidade de Ulster.

Poonam Joshi é diretora da Funders’ Initiative for Civil Society (FICS). Antes disso, Poonam foi diretora executiva da Sigrid Rausing Trust. Poonam trabalhou como advogada, conselheira política e *grantmaker* em uma série de questões relacionadas aos direitos humanos e estabeleceu e gerenciou programas para apoiar a sociedade civil no Oriente Médio, Norte da África, Sul da Ásia, Europa Central e Oriental e Balcãs.

Nossos agradecimentos a Jenna Capeci, Mary Ann Manahan, Peter Noorlander e Annabel Short pelo minucioso trabalho de pesquisa e consulta que fundamentou este relatório.

A FICS gostaria de agradecer também à Civic Space 2040 Initiative do ICNL, por fornecer inspiração e pesquisas sobre tendências futuras que afetam o espaço cívico.

Para mais informações, acesse: icnl.org/our-work/civic-space-2040.



A Funders’ Initiative for Civil Society (FICS) é patrocinada pela Global Dialogue, uma sociedade limitada (05775827) também registrada como instituição de caridade (1122052) na Inglaterra e no País de Gales.



Este trabalho está licenciado pela Creative Commons como Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0). Para ver uma cópia dessa licença, acesse: creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0.

Sumário

Introdução e contextualização

Página 4

Teorias de mudança, mudanças de teoria

Página 6

Olhando para o futuro: o espaço cívico na década de 2020

Página 8

Abordagem dos motivadores sistêmicos do fechamento do espaço

Página 17

Aprendendo com a direita: os principais campos de batalha pelo espaço cívico

Página 24

Estratégias de espaço cívico para a próxima década: o que os financiadores podem fazer

Página 28

Introdução e contextualização

Este trabalho está baseado em uma nota informativa preparada para a reunião “Future of Civic Space”, realizada em Londres, em dezembro de 2019. A reunião foi organizada pela FICS, que havia sido encarregada de elaborar um arcabouço estratégico por meio do qual financiadores independentes pudessem responder de forma mais eficaz ao fenômeno do fechamento do espaço cívico por meio de intervenções colaborativas e direcionadas.¹

Com essa finalidade, a FICS reuniu um grupo de estrategistas e pesquisadores, apoiados por um grupo de consultores membros da FICS, para identificar: *tendências atuais e futuras* que vão restringir ou abrir o espaço cívico; *motivadores transversais* que restringirão a sociedade civil no desenvolvimento de suas visões/metapas; e as *iniciativas mais eficazes no campo do espaço cívico* que precisam ser ampliadas, em conjunto com as principais lacunas na atual resposta.²

A equipe de pesquisa entrevistou 150 financiadores e representantes da sociedade civil que trabalham globalmente nos problemas identificados como os mais relevantes para estas questões: poder corporativo; proteção ambiental; mudança climática; ameaças tecnológicas; e dimensões da desigualdade.³ Todos os entrevistados reconheceram o valor intrínseco do espaço cívico, mas a maioria disse sentir que as iniciativas de financiadores existentes eram insuficientes para responder à escala dos desafios que a sociedade civil enfrenta hoje.

Este breve trabalho faz o possível para resumir as principais descobertas da análise estratégica, mas não chega a fazer justiça às diversas conversas enriquecedoras realizadas. A análise foi projetada para servir de provocação para os financiadores do espaço cívico refletirem sobre o contexto em constante mudança do trabalho que fazem e proporcionar uma plataforma para eles traçarem estratégias de defesa e ampliação do espaço cívico ao longo da próxima década. Como provocação, ela deu foco exclusivamente às lacunas e necessidades atuais, e não ao trabalho que já está sendo financiado. A intenção era não obscurecer muitas das excelentes iniciativas que foram identificadas durante a análise, mas, sim, desafiar os financiadores a pensar sobre a melhor forma de lidar com os desafios à frente em um metanível.

Reconhecemos também que as recomendações propostas neste trabalho são ambiciosas — e estão além do escopo da filantropia independente para serem abordadas de forma isolada. No entanto, acreditamos que as fundações filantrópicas estão exclusivamente posicionadas para assumir riscos e que uma colaboração aprimorada poderia mudar e melhorar significativamente a forma de obter recursos para o trabalho de combate ao fechamento do espaço cívico.

INTRODUÇÃO

Quando estávamos finalizando este texto, no início de abril de 2020, o extraordinário impacto global da crise da Covid-19 começava a tomar forma, ilustrando como a interseção das crises sistêmicas e das respectivas respostas dos governos vai continuar afetando radicalmente o espaço cívico no futuro próximo — para melhor e para pior — e que os principais problemas e motivadores identificados neste documento serão aqueles que continuarão a moldar os contornos e o impacto dessas respostas. Incorporamos pensamentos preliminares sobre a crise da Covid-19 e adotamos a metodologia "*futures thinking*" para abordar as mudanças climáticas e tecnológicas. As respostas às oportunidades e ameaças criadas pela Covid-19 serão fundamentais para as diretrizes que desenvolveremos para os financiadores nas próximas semanas.

Teorias de mudança, mudanças de teoria

A ideia do espaço cívico que se fecha foi catalisada por uma onda de leis restritivas relativas às ONGs no início de 2010, que tipicamente se concentravam na regulamentação do terceiro setor e na prevenção do “financiamento estrangeiro” (ou “protecionismo filantrópico”).⁴ Medidas legislativas e administrativas restritivas proliferaram largamente a partir do pequeno grupo de Estados que as criaram, com epicentros no Egito, Etiópia, Índia e Rússia.⁵ No entanto, apesar do surgimento dessas tendências, os financiadores naquele momento ainda estavam bastante otimistas quanto ao rumo mais amplo vislumbrado. A revista TIME acabara de eleger o "Manifestante" como Pessoa do Ano, em homenagem aos "protestos de rua massivos e efetivos" dos levantes árabes e ao movimento Ocupar,⁶ e muitos filantropos assumiram que a democracia ainda apresentava algum tipo de avanço global, embora desordenado.

Essas suposições estavam firmemente ancoradas no pensamento político e econômico dominante do início do período pós-Guerra Fria e na crença de que o desenvolvimento econômico levaria inevitavelmente à liberalização política. Essas crenças pareciam bem fundadas: as duas décadas anteriores haviam testemunhado um aumento espetacular do padrão de vida no mundo todo, as atividades que promoviam normas e práticas democráticas continuavam a aumentar e cada vez mais governos pareciam aceitar o valor de uma sociedade civil independente. Em retrospectiva, no entanto, o colapso da União Soviética anunciou a dissociação do capitalismo de mercado livre e da democracia liberal e, em sequência, a China demonstrou amplamente que é possível alcançar um enorme crescimento econômico sem ter um governo democrático. A disposição de muitas democracias liberais de negociar compromissos com os direitos humanos ou com a igualdade em nome da austeridade ou do fortalecimento da segurança permitiu que regimes autoritários e iliberais reivindicassem legitimidade para seus modelos.

Ideais liberais também caracterizaram as suposições dos financiadores sobre tecnologias e o espaço cívico, em que acreditava-se que um maior acesso à informação contribuiria para uma maior transparência e responsabilização por parte dos governos e que a democracia seria reforçada pela participação cívica on-line.⁷ Por outro lado, esperava-se que desafiar leis e práticas específicas que afetavam o espaço cívico e defender a importância deste para uma boa governança e arcabouços baseados em direitos pudessem restaurar esses espaços que estavam sendo fechados.⁸

Às vésperas de uma nova década, é claro que os pressupostos que caracterizaram essa abordagem do espaço cívico não são mais verdadeiros e que novas estratégias são necessárias. Os anos 2010 estão hoje firmemente caracterizados por um retrocesso significativo na democracia e no estado de direito, pela ressurgência do populismo de extrema direita, por uma política nativista e por novas alianças da direita religiosa. O autoritarismo está se espalhando e os direitos humanos e os arcabouços de governança global estão sob pressão cada vez maior em Estados democráticos e também nos iliberais, ameaçando a sustentabilidade da ordem internacional baseada em regras.

Duas décadas de "guerra contra o terror" fizeram a causa dos direitos humanos universais regredir gerações, e a eficácia do arcabouço internacional de direitos humanos, há muito visto como o principal viabilizador do espaço cívico e de outras liberdades políticas, agora está sendo questionada — e sistematicamente contestada por seus detratores.⁹ Muitos lamentam o fim de uma Organização das Nações Unidas (ONU) "ineficaz" e de uma ordem multilateral "obsoleta" — caracterizado, por exemplo, por acusações de viés e tratamento desigual pelo Tribunal Penal Internacional¹⁰ e pela captura política ou deterioração de instituições-chave — e, no entanto, a vontade política de promover uma reforma está silenciada.

As redes sociais têm sido usadas por atores mal-intencionados para espalhar desinformação e ódio e interferir em eleições, e a tecnologia continua a facilitar a inovação na vigilância e censura pelo Estado.¹¹ Jornalistas, defensores ambientais, grupos minoritários, manifestantes de rua, ativistas de direitos humanos e ONGs são sistematicamente alvo de atores governamentais e não governamentais em uma variedade de geografias e contextos políticos.¹² Esses grupos enfrentam difamação, assédio, agressão física, processos SLAPP (ação judicial estratégica contra a participação pública), liminares e criminalização.¹³ Hoje, está muito claro, de uma forma que poucos parecem ter imaginado há alguns anos, que o "espaço cívico" não está de modo algum reservado a causas progressistas. Em vez disso, a cultura democrática que ele supostamente deveria incorporar permitiu que forças regressivas florescessem em conjunto com as progressistas.

Por fim, conforme a economia global continua a concentrar grande riqueza nas mãos de corporações e indivíduos, a própria filantropia está mudando rapidamente.¹⁴ Os recursos disponíveis para os financiadores com uma missão declarada em favor dos direitos humanos e da justiça social hoje são ofuscados por aqueles de uma nova geração de filantropos, muitos dos quais provêm do setor de tecnologia. Embora fortemente comprometidos com a mudança social, esses novos filantropos costumam estar mais focados em soluções tecnológicas e menos propensos a investir em direitos humanos e na democracia como caminhos para soluções. A resposta inicial à Covid-19 destaca a escala e a influência desses filantropos. No momento em que este artigo estava sendo escrito, ao todo US\$ 4,3 bilhões já haviam sido doados para intervenções relacionadas à Covid-19.¹⁵ Essas intervenções são extremamente importantes, mas podem não levar em consideração questões como direitos humanos, proteção dos dados, transparência e responsabilização, que foram negligenciadas em respostas a pandemias anteriores.¹⁶ Embora a pesquisa médica e as intervenções na saúde pública sejam claramente primordiais, seria bom que questões preocupantes para os financiadores da justiça social e organizações da sociedade civil, como a proteção dos direitos humanos e da democracia durante e após o atual estado de emergência (*quadro de tendências-chave: o primeiro estado de emergência global*), atraíssem uma fração desse nível de financiamento.

...HOJE, ESTÁ MUITO CLARO QUE O "ESPAÇO CÍVICO" NÃO ESTÁ DE MODO ALGUM RESERVADO A CAUSAS PROGRESSISTAS...

Olhando para o futuro: o espaço cívico na década de 2020

Os entrevistados relataram uma tempestade quase perfeita de crises monumentais, interseccionais e, em alguns casos, existenciais: intensificando a desigualdade econômica e social, aumentando o populismo e o autoritarismo, uma crise ecológica crescente com a perspectiva de mudanças climáticas irreversíveis e a proliferação de novas tecnologias, incluindo a “inteligência artificial” (IA), que estão sendo controladas ou usadas indevidamente por atores mal-intencionados. Todas essas tendências parecem estar se aproximando de um “ponto de inflexão”, com implicações significativas para o espaço cívico.

O prognóstico é sombrio, uma vez que quase todas as pessoas com quem falamos têm uma visão pessimista. Assume-se largamente que o crescente poder corporativo, o mau uso dos arcabouços de segurança nacional e antiterrorismo e o fortalecimento contínuo da extrema direita representam uma ameaça cada vez maior ao espaço cívico de atores progressistas. As conversas que tivemos com ativistas e pensadores estratégicos que trabalham com mudança climática e tecnologia foram particularmente impressionantes. Aqui, os potenciais impactos sociais, políticos e ambientais, em conjunto com a escala e o ritmo das mudanças, criaram uma preocupação palpável referente aos próprios fundamentos do espaço cívico — e, com isso, a busca pelos direitos humanos universais, pela justiça social e pela própria democracia.

Esses desafios também são um produto da globalização política e econômica que caracterizou o período pós-Guerra Fria. Esse ambiente permitiu que atores com poder político e econômico impeçam ações significativas na área de mudanças climáticas e tem visto um pequeno grupo de multinacionais acumular grandes quantidades de poder com a revolução nas tecnologias da informação e da comunicação.

Muito antes da atual crise da Covid-19, as crescentes preocupações globais com relação às rápidas mudanças ambientais e tecnológicas estavam gerando níveis sem precedentes de escrutínio dos modelos políticos e econômicos atuais, o que, por sua vez, ofereceu à uma ampla variedade de atores a oportunidade de moldar tendências econômicas, políticas, tecnológicas e sociais futuras. Atores da sociedade civil de extrema direita, antidemocratas e fundamentalistas estão se alinhando aos poderes autoritários e iliberais e aos oligarcas para remodelar a paisagem política, econômica e social de acordo com seus valores e visões. Mas há também grandes aberturas para forças progressistas. O crescente reconhecimento de que o liberalismo econômico e a globalização levaram o planeta aos seus limites e aumentaram a desigualdade está motivando mais e mais pessoas a se engajarem em ativismo político para moldar seu futuro.

Isso representa uma enorme oportunidade para uma ação progressista que parecia inimaginável há apenas alguns anos. Os recentes protestos no Chile e no Líbano foram os últimos em uma década de protestos liderados por cidadãos, desencadeados pela raiva com o fracasso dos governos em lidar com as profundas desigualdades econômicas e políticas. Muitos entrevistados expressaram entusiasmo com as Greves Escolares pelo Clima e a mobilização em massa dos jovens em torno das questões climáticas e da justiça global.

Menos visíveis, mas igualmente importantes, são as novas formas de ativismo cívico e seus aliados, caracterizados pela colaboração e aproximação entre ativistas e entidades que não se enxergam como tal. Os manifestantes na arena do clima, por exemplo, receberam apoio da comunidade científica climática, economistas ambientais, empresas progressistas e acionistas. Grupos humanitários, grupos de direitos dos migrantes e agentes da saúde pública estão entre os mensageiros da linha de frente que divulgam as realidades das mudanças climáticas e confrontam suas causas. A mídia investigativa e investidores preocupados estão unindo forças com povos indígenas, movimentos liderados por fazendeiros e trabalhadores e os setores de negócios, direitos humanos e ambientais para contestar os abusos cometidos pelas indústrias de energia, agronegócio e manufatura.

O ativismo pelos direitos digitais é apoiado por uma comunidade crescente de tecnólogos e desenvolvedores que trabalham com feminismo e tecnologia, os “bens comuns digitais”, e combatem o autoritarismo digital. Uma nova geração de ativistas liderou movimentos pela justiça racial e os direitos civis, desde o *Black Lives Matters* nos EUA, a mobilização Dalit na Índia e a solidariedade com refugiados no sul da Europa. Novos coletivos e movimentos fluidos em rede de grupos feministas, LGBTQI e de direitos sexuais e reprodutivos estão atraindo o apoio público e diversos aliados, de profissionais médicos pró-escolha a líderes religiosos. Sociedades de ajuda mútua estão florescendo globalmente para atender às necessidades dos mais vulneráveis durante a pandemia. De modo geral, um reconhecimento cada vez mais amplo das falhas sistêmicas está fomentando o interesse por espaços cívicos radicais e dinâmicos, nos quais os modelos convencionais de economia, democracia, segurança, cultura e sociedade podem e estão sendo repensados.

Após anos de polarização, divisão e guerras culturais, a atual crise oferece aos atores engajados nessas conversas uma oportunidade única de desenvolver uma agenda progressista para um futuro pós-pandêmico. A pandemia já levou a uma explosão de organização comunitária, à medida que cidadãos e grupos da sociedade civil oferecem solidariedade e apoio aos mais isolados e vulneráveis de maneiras que transcenderam as divisões sociais e políticas. De forma mais ampla, a pandemia alterou momentaneamente suposições sobre o contrato social entre o estado, o setor privado e a sociedade civil, e criou aberturas para ativistas em todo o mundo que estão argumentando que medidas há muito exigidas — incluindo justiça climática, agricultura comunitária, renda básica universal, investimento em saúde pública, fortalecimento dos direitos dos trabalhadores e igualdade — oferecem as proteções mais eficazes contra futuras crises sistêmicas.

...A CRISE ATUAL
OFERECE AOS
ATORES UMA
OPORTUNIDADE
ÚNICA DE
DESENVOLVER
UMA AGENDA
PROGRESSISTA
PARA UM FUTURO
PÓS-PANDÊMICO...

Os financiadores do espaço cívico já estão motivados por uma crença fundamental de que os atores cívicos têm um papel vital a desempenhar no oferecimento de visões econômicas e políticas alternativas que tenham os direitos humanos, a justiça social e a proteção ambiental em seu núcleo.

O principal desafio para os financiadores do espaço cívico é continuar a defendê-lo como pilar da democracia, enquanto trabalham para criar e nutrir aqueles espaços em que soluções radicais e dinâmicas para as crises que enfrentamos possam florescer. Isso significa identificar e apoiar os atores progressistas com maior probabilidade de serem catalisadores de mudanças na próxima década, defendendo-os contra as ameaças específicas que enfrentam e permitindo que levem suas ideias disruptivas e transformadoras das periferias para o centro do debate.

Isto muda tudo: o espaço cívico em um mundo com mudanças climáticas

Uma crescente compreensão das causas e consequências das mudanças climáticas, associada à raiva do povo pela inação do governo, catalisou uma onda de protestos locais e internacionais envolvendo milhões de jovens. O sucesso ou fracasso do movimento mais amplo pela justiça climática estará entre as questões definidoras do espaço cívico da próxima década.¹⁷

Em outubro de 2018, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPPC) da ONU afirmou que o mundo tinha no máximo 12 anos para manter o aumento da temperatura global abaixo de 1,5 °C. O Painel enfatizou que a diferença entre esse nível de aquecimento e o valor atípico de 2 °C considerado no acordo de Paris de 2015 era crucial para proteger a vida e os meios de subsistência de milhões de pessoas.¹⁸ Atingir essa meta, advertiu o IPPC, exigiria uma transformação total dos sistemas de transporte e energia, e os governos precisariam fazer “escolhas difíceis”. Sobre isso, a ciência é clara: é necessária uma ação global radical para combater a mudança climática; fazer ajustes apenas nas bordas dos atuais sistemas de alta emissão de carbono não vai de modo algum resolver a situação. Muitos dos “ganhos rápidos” oferecidos já foram realizados e, por mais reconfortante que possa ser para muitas pessoas, a ideia de que nosso sistema econômico atual é capaz de produzir energia verde e carros elétricos suficientes para evitar essa tragédia é uma fantasia. A forma convencional de as empresas operarem é devastadora para o planeta. Atualmente, o mundo está caminhando para um aumento de 3–4 °C na temperatura, que destruiria os ecossistemas e tornaria inabitáveis diversas partes do mundo hoje habitado. Até mesmo um aumento de 1,5 °C, rumo ao qual o mundo está caminhando rapidamente, traz eventos climáticos mais extremos — ondas de calor, inundações, secas e incêndios;

danos generalizados a colheitas e à pesca; extinções em massa e a perda de 90% dos recifes de coral do mundo. E ainda assim, os modelos que embasam essas projeções relativamente otimistas foram criticados como sendo muito conservadores por deixarem de considerar a perspectiva e o impacto dos pontos de inflexão ou “mecanismos de feedback”.¹⁹

Embora os impactos das mudanças climáticas sejam cada vez mais visíveis, serão os grupos marginalizados e já amplamente invisíveis os mais afetados e que suportarão o peso dos cenários de pior caso.²⁰ Embora os países ricos tenham capacidade e recursos potenciais para se adaptarem às mudanças climáticas, muitas pessoas em países pobres enfrentam a marginalização e desapropriação diante do que tem sido amplamente descrito como um “multiplicador de ameaças” e, mais apropriadamente, como uma ameaça que “aponta para todas as desigualdades existentes e as amplifica”.²¹

A resposta a essas ameaças e desigualdades determinará o destino das pessoas mais vulneráveis do planeta. Isso terá consequências fundamentais para o crescente movimento de “justiça climática”, que entende as mudanças climáticas como uma questão de justiça social, ao invés de simplesmente ambiental, e exige uma “transição justa” (soluções para a crise climática que reflitam e abordem essas desigualdades globais).²²

Os impactos das mudanças climáticas serão mais severos na Ásia e na África; os países mais pobres e menos capazes de se adaptar ou responder serão atingidos pela elevação do nível do mar, secas e ondas de calor paralisantes. Isso “ameaça desfazer os últimos cinquenta anos de progresso no desenvolvimento, saúde global e redução da pobreza”.²³ Em 2015, o

O Banco Mundial estimou que, sem uma ação imediata, a mudança climática poderá levar mais 120 milhões de pessoas à pobreza até 2030.²⁴ Nesse mesmo ano, a Oxfam estima que os países em desenvolvimento arcarão com cerca de 75–80% dos custos das mudanças climáticas, apesar de terem sido os menos responsáveis por causá-las.²⁵ Na verdade, embora as emissões de carbono estejam aumentando rapidamente nas principais economias emergentes,²⁶ os países desenvolvidos, com histórico de concentração de riqueza e indústrias, são responsáveis por 79% das emissões históricas.²⁷ Com a preocupação de que a pandemia de Covid-19 possa dizimar meios de subsistência e economias no mundo em desenvolvimento, essas desigualdades podem estar prestes a aumentar.

Sob o título "apartheid climático", Philip Alston, relator especial da ONU sobre pobreza extrema e direitos humanos, enfatizou recentemente que as mudanças climáticas não apenas ameaçam os direitos básicos à vida, água, alimentação e moradia de centenas de milhões de pessoas, mas também a democracia e o estado de direito, à medida que os Estados enfrentam dificuldades ou falham em apresentar respostas justas aos impactos locais e regionais dessas mudanças.²⁸

Ameaças digitais ao espaço cívico: pessoas versus tecnologia

A Internet mudou fundamentalmente a forma como as pessoas acessam e recebem informações, disponibilizando grande quantidade de conhecimento humano de forma instantânea e gratuita. Ela também ofereceu a mais pessoas uma plataforma e uma voz, permitindo a atores cívicos disruptivos e inovadores florescer e competir no chamado "mercado de ideias" — para melhor ou pior — transformando a arena pública e, com ela, a maneira de advogar em prol de causas civis e políticas. Toda essa interação é hospedada e mediada em uma infraestrutura global largamente privatizada, embora fragmentada, que proporcionou um vasto poder às maiores empresas de tecnologia do mundo e aos novos conglomerados de mídia, pois exerce um tremendo controle sobre o que as pessoas veem. O fato de as informações que as pessoas recebem não serem mais determinadas pelos editores ou emissoras, mas por algoritmos e anunciantes que podem moldar e influenciar comportamentos é visto por alguns como uma ameaça existencial à democracia propriamente dita. Embora as opiniões variem com relação a esse tópico, a maioria dos observadores concorda que essas tendências ajudaram a segmentar as populações em tribos que pensam de maneira semelhante e aceleraram a erosão da confiança nas instituições democráticas.²⁹

Tal situação é sustentada por um modelo de negócios baseado na aglomeração e exploração de dados pessoais; um modelo que parece minar a própria capacidade de liberdade humana criando assimetrias de poder entre a sociedade e aqueles que controlam as informações sobre como ela funciona.³⁰ O aprendizado de máquina (*machine learning*) e a inteligência artificial (IA) estão exacerbando esse problema.³¹ Os mesmos gigantes de tecnologia dos EUA e da China que permitiram deliberada ou imprudentemente que suas plataformas fossem usadas para vigilância estatal,

interferência eleitoral, guerra de informações e discurso de ódio — mais notavelmente a *Amazon, Google, Facebook, Tencent, Baidu, Alibaba, Microsoft, IBM e Apple* — estão prontos para dominar o setor de IA. Enquanto a IA está promovendo metas sociais, científicas e ambientais, essas empresas agora prometem a administrações com restrições financeiras a capacidade de “fazer mais com menos” e melhor servir, compreender e moldar o comportamento de seus cidadãos.³² Os Estados perceberam que a manipulação das populações pode ser uma ferramenta tão poderosa quanto a política social ou a repressão aberta quando se trata de alcançar seus objetivos políticos, e as empresas de tecnologia estão invadindo cada vez mais os espaços do governo.³³ De *nudges* (incentivos) a visões em 360° do cliente, de cidades inteligentes a fronteiras inteligentes, o mundo está sendo reordenado e codificado, consolidando preconceitos e desequilíbrios de poder existentes e colocando novos meios de controle social nas mãos de governos e empresas privadas.³⁴

Considerando que os avanços tecnológicos subjacentes prometem genuinamente oportunidades incríveis de expansão do conhecimento, da capacidade, da liberdade e do bem-estar da humanidade, a contínua reformulação de tudo, do comércio ao emprego, da governança às guerras, também carrega uma visão distópica que reflete a dinâmica do poder existente, ameaça os direitos humanos e a busca pela justiça social e deixa elementos-chave do espaço cívico on-line e off-line nas mãos das empresas. A IA já sustenta uma nova geração de armas autônomas e tecnologias de vigilância, como o reconhecimento facial.³⁵

Essas ferramentas prometem uma capacidade sem precedentes aos Estados de se envolverem na vigilância em massa do engajamento e ativismo cívicos, e uma indústria global agora se dedica a fornecer a atores governamentais e corporativos novas ferramentas para fazer isso.³⁶ Assumindo a liderança, antes atribuída aos EUA, Israel e Reino Unido, a China agora exporta agressivamente tecnologias de vigilância a países da Ásia, África e América Latina.³⁷

Tal como acontece com a mudança climática, já estamos sentindo os efeitos de um mundo em que o fascismo tem uma nova plataforma global na qual as mentiras podem viajar mais rápido do que a verdade, as informações são facilmente manipuladas, redes de comunicação podem ser fechadas e comunidades podem ser silenciadas. A Índia frequentemente desativa sua internet para fins de "ordem pública",³⁸ regimes

autocráticos usam rotineiramente *spyware* comercial para eliminar seus oponentes políticos e agências de inteligência ocidentais exigem "*backdoors*" em sistemas que comprometem a segurança dos usuários da Internet no mundo todo.³⁹ A ciência nos diz que uma ação radical é necessária em relação às mudanças climáticas, mas não existe tal consenso sobre tecnologia, riscos e danos digitais. Proteção dos dados, direitos digitais, inovação ética e regulamentação de plataformas prometem muito em termos de "justiça de dados", mas estão muito longe de oferecer uma visão abrangente que aborde as ameaças ao espaço cívico on-line. Por outro lado, a união da vigilância do Estado com a vigilância do capitalismo apontam para um cenário radicalmente diferente, no qual esses ideais podem ser sistematicamente marginalizados e minados.

O primeiro estado de emergência global: o que a Covid-19 significa para o espaço cívico?

No momento em que este artigo foi escrito, a pandemia de Covid-19 levou a economia à estagnação e colocou cerca de um quarto da população mundial em “isolamento”. Governos de todo o mundo já implementaram medidas extraordinárias que muitas pessoas podem jamais ter imaginado em suas vidas: quarentena em massa e distanciamento físico, a nacionalização efetiva de infraestrutura e ativos essenciais, a introdução na prática de uma renda básica universal, o controle do tráfego terrestre e aéreo, a organização e entrega remota de serviços públicos e educacionais, e seus próprios órgãos se tornando o ponto focal de políticas públicas. No momento, essas medidas são temporárias, instauradas com a promessa de proteger os “modos de vida” e restaurar os “negócios como de costume”, mas, assim como em outros eventos cataclísmicos, já está bastante claro que as decisões tomadas durante e após esta crise vão moldar o mundo nos anos vindouros. Conforme observado na introdução, se há algo que esta crise nos diz é que ela veio para ser o principal motor de mudanças sociais, econômicas e políticas no futuro próximo.

Está claro também que as respostas a esta crise, temporárias e permanentes, terão um efeito tremendo no espaço cívico, tanto em termos da capacidade dos defensores dos direitos humanos, ativistas e agentes de mudança de continuarem seu trabalho, quanto da natureza desse trabalho propriamente dito.⁴⁰ Tal como aconteceu com as transformações jurídicas e políticas extraordinárias engendradas pelos eventos do “11 de setembro”, que tinham âmbito global, já podemos ver regimes autoritários usando a crise como pretexto para estender seus poderes, suprimir a liberdade de expressão, aumentar a fiscalização e introduzir

restrições abrangentes aos direitos fundamentais — de uma forma que claramente vai além das necessidades exigidas pela situação. Vejamos, por exemplo, o uso da pandemia pelo presidente russo, Vladimir Putin, para obter mais poder, a introdução do governo por decreto pelo primeiro-ministro Viktor Orbán na Hungria e a negação, pelo governo chinês, de acesso a alimentos para os cidadãos uigures, que já sofrem repressão massiva.

Em todo o mundo, muitos dos poderes de emergência e arcabouços de contingência civil desenvolvidos após o 11 de setembro agora estão sendo usados e legitimados em escala pela primeira vez. É inevitável que as estruturas de segurança e controle existentes sejam revisadas e reforçadas em nome da luta contra os futuros “biorriscos”, com toda a chance de aqueles estados democráticos que não conseguiram conter a propagação do vírus recorrerem aos estados autoritários que (suposta ou verdadeiramente) obtiveram resultados melhores, mesmo que as evidências ainda não mostrem qualquer correlação entre a eficácia e o tipo de regime.⁴¹ Os requisitos de distanciamento social/físico também reduziram a recente onda de protestos globais, e é palpável o temor de que as restrições continuem depois que a pandemia tiver diminuído. Independentemente da vigilância e do controle dos espaços on-line descritos acima, a sociedade civil não tem tido outra escolha a não ser migrar para um ativismo ainda mais organizado e on-line.

Os movimentos de extrema direita estão previsivelmente explorando a situação da Covid-19 para promover suas agendas, espalhando mensagens nocivas e de ódio nas redes sociais. Redes antimigrantes e de extrema direita estão acusando determinados países ou comunidades de se beneficiarem da pandemia, alimentando a sinofobia e o antisemitismo e culpando

migrantes, refugiados e muçulmanos como vetores da doença. O fechamento das fronteiras por motivos de saúde e as barreiras à prestação de serviços humanitários a refugiados nos campos e em trânsito estão vindo bem a calhar. A pandemia também está sendo usada para disseminar o tropo do “aceleracionismo” da extrema direita, que promove a ideia de que a democracia é um fracasso e mobiliza o conflito social e a violência para apressar sua morte. Apesar dos esforços das empresas de tecnologia para lidar com a desinformação sobre a Covid-19, as plataformas de mídia social são o lar de inúmeras teorias da conspiração que podem minar os esforços para lidar com a crise, incluindo aqueles que contestam a realidade do vírus e seus impactos e tratamentos. Temores de que os governos usem a pandemia para buscar medidas sociais regressivas já são uma realidade na Hungria, onde o governo foi acusado de usar a “distração” da pandemia para acabar com o reconhecimento legal de gênero de pessoas trans,⁴² e em Uganda, onde o governo abusou das leis de isolamento para invadir um abrigo LGBTQI.⁴³

Em um nível global, em contraste com as narrativas prevalentes do tipo “todos juntos” e “ricos e pobres no mesmo barco”, podemos esperar que a pandemia e suas consequências exponham e potencialmente intensifiquem padrões existentes de desigualdade, estigma e discriminação. A saúde é agora uma questão de segurança nacional, bem como de política social. O direito do governo de se intrometer ainda mais na vida da população durante emergências será apenas fortalecido. Uma série de técnicas de predição e monitoramento populacional serão testadas e introduzidas. A coleta em massa e a vigilância de dados de saúde individuais permitirão o perfilamento de indivíduos e grupos em uma escala inimaginável antes da Covid-19. O desenfreado capitalismo de vigilância promete que isso também levará a discriminação e tratamento diferenciado, da mesma forma que a securitização das questões de política de saúde pode ser usada para reprimir a sociedade civil. Podemos ter certeza também de que o setor de segurança interna

se diversificará em tudo que diz respeito a biossegurança, promovendo e vendendo tecnologia e equipamentos de segurança, muitos dos quais terão pouco a ver com o combate a riscos biológicos.

No entanto, embora devamos esperar firmemente e tentar combater a “doutrina do choque” e sua especulação flagrante,⁴⁴ há razões para os financiadores do espaço cívico e outros atores progressistas serem otimistas. Em questão de semanas, os governos demonstraram o que poderia ser feito para resolver problemas ambientais, sociais, políticos e econômicos arraigados. Com a crise financeira de 2008 ainda fresca na memória das pessoas, será difícil, senão impossível para os governos das principais economias do mundo propor a austeridade como única resposta viável à inevitável recessão global. Na decisão de imprimir dinheiro ou pedir emprestado e onde guardá-lo, o “novo acordo verde” exigido pelos defensores da justiça climática pode agora estar entre as melhores opções para revitalizar economias debilitadas e reintegrar trabalhadores que talvez jamais tenham seus empregos de volta. Não obstante o nacionalismo ressurgente, o valor atribuído à vida humana acima dos interesses econômicos e financeiros em resposta à crise fornece um atraente contrapeso à abordagem de “pessoas descartáveis” que caracterizou a governança contemporânea de forma crescente. E embora as preocupações da sociedade civil possam ser marginalizadas no afã de permitir que a ciência dite respostas em termos de políticas públicas, uma confiança renovada nas autoridades públicas, o conhecimento especializado independente, informações confiáveis e a mídia de interesse público podem fornecer um baluarte semelhante contra as recentes contratendências.

Em última análise, quando o cenário é de instabilidade, há sempre uma oportunidade de extrair algo bom da crise. O que importa agora é saber o que será priorizado e por que, e como manter o espaço cívico aberto para aqueles que forem capazes de definir essa agenda.

Abordagem dos motivadores sistêmicos do fechamento do espaço

Ainda que os financiadores estejam dispostos a fazer essa mudança conceitual no espaço cívico, a questão é como fazê-la. Aumentar as iniciativas de proteção e segurança, promover a defesa legal dos criminalizados, defender a liberdade de expressão e o direito de protestar e manter abertas as rotas de financiamento transfronteiriço são ações vitais, mas, isoladamente, pouco servirão para expandir o espaço cívico de atores progressistas.

Uma das mais importantes conclusões da pesquisa realizada pela FICS é que existe uma demanda por foco nas causas raiz da restrição do espaço para atores cívicos e das ameaças ao ativismo em todos os setores e, com isso, um entendimento de que esses motivadores devem ser radicalmente interrompidos ou reformados em busca de objetivos mais amplos relacionados aos direitos humanos e à justiça social e ambiental. As três áreas intimamente relacionadas que foram identificadas como fundamentais a esse respeito são (i) securitização, (ii) a concentração e o abuso de poder corporativo e (iii) a captura de sistemas políticos, incluindo plataformas de mídia e tecnologia, pela extrema direita, a direita religiosa e populistas autoritários.

Securitização

As políticas de segurança contemporâneas e os arcabouços e órgãos estabelecidos ou fortalecidos para implementá-las foram consistentemente identificados como sendo o desafio mais significativo para o espaço cívico globalmente. Em 2018, 58% dos casos tratados pela Front Line Defenders e mais de dois terços das comunicações recebidas pelo Relator Especial da ONU sobre antiterrorismo e direitos humanos diziam respeito ao uso de leis de segurança e antiterrorismo contra defensores dos direitos humanos, grupos da sociedade civil e ativistas políticos.⁴⁵ Esse é o resultado da longa proliferação de leis inespecíficas antiterrorismo e arcabouços de sanções que têm sido usados direta e indiretamente em todo o mundo por Estados e atores privados para rotular ativistas e organizações da sociedade civil como "terroristas", "simpatizantes" ou "associados".⁴⁶ Sob a bandeira do "combate ao extremismo violento" e do "antirradicalismo", a lente do antiterrorismo foi ainda mais ampliada, evitando quaisquer definições nacionais ou internacionais que pudessem impedir seu uso indevido.⁴⁷

Na Europa e na América do Norte, organizações e ativistas muçulmanos, em particular, têm suportado o impacto de políticas antiextremistas, enquanto ativistas associados a uma ampla gama de questões — incluindo ambientalistas, antifascistas e defensores dos direitos dos animais — têm sido rotulados como "extremistas domésticos" ou "radicais violentos".⁴⁸

Na América Latina e na Ásia, ativistas ambientais e militantes anticorrupção têm sido alvo de leis de segurança nacional. Sob o pretexto de combater o terrorismo ou o cibercrime, vários Estados do Oriente Médio e do Norte da África restringiram os protestos e a dissidência, com criminalização em massa no Egito e na Turquia.⁴⁹ Em outros países, atores não estatais brutais têm direcionado ataques contra atores da sociedade civil e todos aqueles que se opõem às suas agendas políticas e religiosas. Em todo o mundo, com algumas notáveis exceções, a resposta contra o extremismo falhou em impedir a ascensão de extremistas da direita religiosa e da extrema direita na vida pública e política, ao mesmo tempo que afastou muitas vozes progressistas. Em Estados frágeis, onde o governo é ausente ou incapaz de lidar com o extremismo violento, os atores extremistas costumam ser apoiados por Estados estrangeiros ou financiamento estrangeiro, ou facilitados por empresas e outros atores não estatais, tudo isso em detrimento do espaço cívico.

A arquitetura de segurança e antiterrorismo da ONU é fundamental para esses desenvolvimentos. Já tendo sido caracterizados no passado por uma abordagem voltada para os direitos humanos e a segurança humana em questões de conflito e violência política, um grande número de órgãos da ONU foram criados ou reorientados em linha com a necessidade percebida — e o consequente financiamento — de fornecer assistência jurídica e técnica a países em desenvolvimento, assistência essa que fornecerá a tais países os aparelhos de segurança de suas contrapartes desenvolvidas. A “guerra contra o terrorismo” foi entrelaçada também com uma “guerra contra a migração”, à medida que a lógica de segurança nacional e o excepcionalismo têm constantemente feito com que tudo vire uma questão de “segurança interna”.⁵⁰ Esse é outro ponto que foi incluído na agenda internacional, com a Overseas Development Aid (ODA) cada vez mais vinculada a objetivos de estabilidade, segurança e controle migratório, com sérias implicações para o espaço da sociedade civil nos países receptores.

A securitização também afeta a liberdade de associação e reunião por meio do policiamento de protesto e da para/militarização da polícia. Houve um aumento particularmente assustador de mortes extrajudiciais na América Latina e no Sudeste Asiático.⁵¹

Por fim, uma série de obrigações foram atribuídas a governos, bancos e plataformas financeiras, impactando drasticamente a capacidade de atores cívicos acessarem serviços financeiros em particular, enquanto organizações que trabalham com migrantes e refugiados na Europa têm enfrentado processos judiciais no âmbito de leis adotadas para combater o tráfico de pessoas e a facilitação da residência ilegal.⁵² Muitos arcabouços de segurança problemáticos foram desenvolvidos ou difundidos globalmente por meio de organizações internacionais e intergovernamentais sujeitas a supervisão mínima e sem a participação de grupos de defesa dos direitos humanos.⁵³ A Força-Tarefa de Ação Financeira (FATF, na sigla em inglês) é bem conhecida entre os financiadores do espaço cívico, mas agora existem dezenas de órgãos, fóruns e agências internacionais com mandados de segurança ou antiterrorismo. A sociedade civil raramente tem um lugar à mesa nessas instituições e carece dos recursos para acompanhar, participar ou moldar a formulação de políticas e a difusão que estão ocorrendo globalmente. Por outro lado, tendo crescido exponencialmente neste século, os setores de segurança privada e tecnologia da segurança estão bem representados, apesar de terem sido rotineiramente implicados no fechamento do espaço para a sociedade civil, seja no confronto direto ou como prestadores de serviços de vigilância e subversão.

Muitos dos poderes de emergência atualmente sendo invocados em resposta à pandemia de Covid-19 foram adotados com pouco debate nos anos após o 11 de setembro e outros ataques terroristas. É imperativo que a sociedade civil se esforce para intervir quando os contornos dos poderes a serem usados em resposta a futuras emergências forem moldados.

Poder corporativo

Os atores corporativos e financeiros também foram amplamente citados pelos entrevistados como um fator-chave na restrição do espaço cívico. Nos últimos 50 anos, a globalização e a privatização produziram concentrações de riqueza e poder fora do controle do Estado ou dos eleitorados, levando à captura do Estado, à erosão da democracia e ao fracasso do Estado em enfrentar crises globais. A desregulamentação generalizada levou empresas a evitar muitos dos custos sociais e ambientais de seus modelos de negócios, custos que, em vez disso, têm sido repassados à sociedade. O fracasso internacional em lidar com as mudanças climáticas, por exemplo, está diretamente ligado aos combustíveis fósseis, à agricultura e a outras influências do lobby das indústrias sobre a política governamental em países como Austrália, Brasil e EUA.⁵⁴ Esses lobbies têm tido papel fundamental também em atingir grupos e movimentos da sociedade civil.⁵⁵ Os enormes lucros associados a extração de recursos, projetos de infraestrutura e agronegócios e as “grilagens de terras” correspondentes estão diretamente implicados na repressão e no deslocamento forçado de comunidades locais e na morte de ativistas.⁵⁶ As Américas Central e do Sul, a África Central, a Índia e o Sudeste Asiático figuram com destaque entre os lugares mais perigosos onde ser um defensor ambiental. Órgãos estaduais, corporações e agências de segurança privada são frequentemente implicados, mas raramente indiciados. Estratégias corporativas inovadoras para silenciar ou frustrar dissidentes, incluindo processos SLAPP contra ativistas e ações judiciais particulares de difamação, violação e direito de propriedade, têm sido replicadas em todo o mundo, enquanto mecanismos de disputa entre investidores e o Estado buscam inviabilizar a reforma progressista após o fato.

A facilidade com que empresas transnacionais têm sido capazes de subverter o estado de direito e a democracia em todo o mundo se baseia em décadas de corrupção, que, apesar dos melhores esforços dos ativistas, continua endêmica em muitos países e presente em todos os lugares de uma maneira ou de outra. Como forma de poder corporativo, a corrupção e o espaço cívico estão intimamente ligados. Por um lado, a exposição da corrupção causa indignação pública, que por vezes foi catalisadora de movimentos pró-democracia que pegaram totalmente de surpresa muitos observadores internacionais. Por outro lado, e precisamente por esta razão, governos corruptos e interesses privados rotineiramente detêm, prendem ou matam ativistas e repórteres engajados em iniciativas anticorrupção.⁵⁷ A corrupção endêmica também parece gerar apatia nas sociedades, reafirmando uma visão de mundo que diz que os políticos não são confiáveis e que as “elites liberais” são tão ruins quanto qualquer outro grupo.

O poder corporativo também restringe o espaço cívico de maneiras menos tangíveis e em todos os níveis espaciais, desde o chão da fábrica até a economia alternativa, onde trabalhadores vulneráveis são explorados e as empresas reprimem as tentativas de organização da mão de obra.

Os lobistas trabalham em conjunto contra a regulamentação corporativa e incessantemente por regras mais favoráveis, ocupando os espaços de contestação política nos quais a sociedade civil tradicionalmente exerceu seu papel, de ambientes públicos a escritórios do governo federal.⁵⁸

De forma mais ampla, empresas e interesses privados estão cada vez mais substituindo organizações da sociedade civil no papel de parceiros do governo na formulação e implementação de políticas por meio do uso de mecanismos como lobby, parcerias público-privadas, patrocínios e iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa. Isso está impactando a presença de ONGs em espaços internacionais de tomada de decisão, o que cada vez mais sendo apresentado como um “privilégio”.⁵⁹ As principais instituições globais estão seguindo uma trajetória semelhante, conforme refletido na nova parceria entre o Fórum Econômico Mundial (WEF) e a ONU.⁶⁰ Em um momento em que a ação combinada e criativa da ONU e de outros organismos internacionais é desesperadamente necessária para abordar questões como as mudanças climáticas, os atores corporativos estão trabalhando abertamente para refazer a ordem multilateral à sua própria imagem por meio de esforços como a “Iniciativa de Redesenho Global” do WEF.⁶¹

Embora muitos considerem a ONU desatualizada e ineficaz, os Estados precisam assumir grande parte da responsabilidade por tal situação. Se os Estados retirarem seu apoio aos arcabouços internacionais de direitos humanos e justiça social existentes em favor de seus interesses econômicos e da política externa, a ONU e outras organizações multilaterais terão pouca escolha a não ser aceitar os termos estabelecidos por poderosos Estados e corporações, se quiserem se manter relevantes. Isso também tem implicações significativas na capacidade da sociedade civil de entrar e influenciar debates e tomadas de decisão sobre questões globais importantes.

O crescente poder das corporações transnacionais em relação aos Estados, os organismos internacionais, a sociedade civil e a força de trabalho tem implicações significativas para o futuro. Corporações e instituições financeiras se encontram na interseção de megatendências, como mudanças climáticas, IA e automação. Elas não apenas definirão a maneira como os Estados responderão a desafios atuais e futuros, mas, inevitavelmente, trabalharão contra os esforços de atores da sociedade civil que buscam levar as vozes dos trabalhadores e comunidades afetados diretamente aos debates sobre o futuro do meio ambiente e do trabalho. Onde os freios e contrapesos democráticos não restringem o poder corporativo, muitos temem uma tendência à fusão com o poder político. Embora esse seja o caso há muito tempo em alguns regimes autocráticos e autoritários, essas tendências agora podem ser vistas em todas as regiões do mundo.

Como o impacto da pandemia de Covid-19 se relacionará com essas tendências? A disposição de alguns governos e corporações de colocar a vida dos mais vulneráveis à frente do lucro, um renovado interesse na propensão do governo em atender às necessidades básicas da sociedade e o dever de garantir que o setor privado atenda ao interesse público básico poderiam ser um ponto de inflexão na luta por justiça econômica? Ou será que a recessão global já em curso vai fechar essa janela de oportunidade para repensar os modelos econômicos tão rapidamente como fez no rescaldo da crise financeira global anterior? Ela já deixou milhões de trabalhadores no Sul Global, que dependem dos padrões de comércio e cadeias de abastecimento existentes, sem meios de subsistência ou redes de segurança, assim como fez nas

...CORPORAÇÕES E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SE ENCONTRAM NA INTERSEÇÃO DE MEGATENDÊNCIAS, COMO MUDANÇAS CLIMÁTICAS, IA E AUTOMAÇÃO...

principais economias do Norte da última vez. Embora os eleitores que já estão sofrendo os resultados de uma década de austeridade tenham pouco ou nenhum apetite por mais do mesmo, não há nenhuma certeza de que esse vácuo vá ser preenchido por respostas políticas progressistas. É possível também que as corporações mais poderosas do mundo surjam mais fortes do que nunca e exerçam uma influência ainda maior sobre governos altamente pressionados para “fazer mais com menos”. Será este o momento para atores progressistas redesenharem o governo e moldarem e criarem ativamente mercados que proporcionem crescimento sustentável e inclusivo, cumpram metas climáticas ambiciosas, garantam a segurança de seus trabalhadores e não violem os direitos humanos ou ambientes de comunidades indígenas e outras comunidades em todo o mundo? Isso vai depender inteiramente do espaço e da capacidade desses atores de promover essa agenda e do apoio que conseguirem galvanizar, em relação àqueles com uma visão e base de poder diferentes.

Forças antidemocráticas e regressivas

Quase todos os entrevistados levantaram preocupações quanto ao aumento de atores populistas e iliberais na Europa e em países como Brasil, Turquia, Israel, Índia e Filipinas. Esses atores têm procurado enfraquecer o estado de direito, desgastar o pluralismo democrático (por meio da manipulação dos sistemas eleitorais e das restrições às liberdades cívicas) e atacar os direitos fundamentais. Tais ataques têm assumido a forma de uma reimposição de valores “tradicionais” e da punição severa de grupos percebidos como ameaça à segurança (por exemplo, migrantes e minorias religiosas), valores (feministas e direitos LGBTQI) ou à estabilidade econômica (ativistas ambientais e climáticos). Em alguns casos, especialmente nos EUA e na Europa, a extrema direita e a direita religiosa entraram em alinhamento com libertários ricos (mais notavelmente os irmãos Koch e a família Mercer nos Estados Unidos) para promover uma agenda neoliberal, antirregulatória e contrária ao modelo de bem-estar.

De forma mais ampla, partidos e movimentos populistas promovem suas ideologias por meio do sistema educacional, de narrativas políticas (por exemplo, o termo “guerras culturais” tem como premissa a ideia de que as majorias estão perdendo seus direitos), de políticas e leis (por exemplo, criminalizar a assistência humanitária a migrantes) e da manipulação da mídia. Isso tem lhes permitido consolidar uma base de apoio público, ao mesmo tempo que fomenta a polarização e o colapso do centrismo. Em outros contextos, onde redes criminosas e atores não estatais controlam grandes áreas do território ou setores da economia, a sociedade civil muitas vezes se vê pressionada entre a violência infligida por grupos armados e uma resposta violenta do governo local ou da “comunidade internacional”. Exemplos recentes incluem intimidação e assassinato de jornalistas que investigavam crimes e corrupção no México e nos Bálcãs,⁶² e violência contra ativistas ambientais na América Latina.

Os ataques à sociedade civil e a atores cívicos são parte de um ataque mais amplo à democracia e ao estado de direito. Os atores cívicos são uma ameaça não apenas porque desempenham o papel de fiscalizadores, mas porque oferecem valores e visões alternativos que minam a legitimidade dos populistas e da direita religiosa, que se posicionaram como alternativas ao “establishment de elite” e ao status quo.

Seja a partir das margens políticas ou do poder, a extrema direita e a direita religiosa aceleraram o fechamento do espaço cívico ao agravarem os ataques a comunidades minoritárias e migrantes, refugiados, ativismo feminista, comunidades LGBTQI, populações indígenas e campanhas de justiça social e ambiental. As manifestações desse fechamento do espaço incluem ataques a financiamentos, assédio administrativo, campanhas de difamação, criminalização (especialmente daqueles que apoiam os migrantes), vigilância (particularmente um risco para aqueles que trabalham no combate ao terrorismo, pelo direito de protestar e pelos direitos ambientais) e, em alguns contextos, violência e assassinatos — situação que é crescente no Brasil, na Índia e nas Filipinas. A partir desse ponto, foi pequeno o salto para ataques mais sistemáticos a oponentes políticos, processos democráticos, denunciadores, a academia, o jornalismo e o estado de direito. Embora a sociedade civil já lute contra essas forças há bastante tempo em diversas partes do mundo, esse problema é novo para muitas democracias ocidentais.

Em conversas com partes interessadas do espaço cívico, foi difícil fugir da sensação de que as coisas podem piorar antes de melhorarem. Com a política fomentando a dissensão e sendo guiada pelo descontentamento, muitas das pessoas que entrevistamos presumem que haverá uma continuação dos paradigmas de segurança dominantes, uma consolidação corporativa do poder e a exploração da “política do medo” pela extrema direita. A principal razão para isso é que os progressistas parecem ter perdido a batalha narrativa em relação à segurança e aos direitos humanos, enquanto a direita se aproveitou de temores genuínos associados ao terrorismo, à globalização e, agora, à saúde pública.

As implicações de curto e médio prazo para o espaço cívico são profundas. Os poderes de emergência e os arcabouços de contingência civil já foram atualizados para abordar as ameaças atuais e futuras de todos os tipos. À medida que os Estados lutam para desenvolver soluções progressistas para problemas globais, eles tendem a buscar formas mais draconianas de controle social, que já estão sendo implantadas para neutralizar a agitação política e os protestos contra as mudanças climáticas. A extrema direita, os conservadores religiosos e os populistas autoritários têm influenciado muitas dessas questões, tirando proveito do legado jurídico e retórico da "guerra ao terror" e da incessante demanda por maior "segurança" em face dos desafios percebidos associados à autoridade, da luta por autodeterminação e da violência política de todo tipo.

O Relator Especial da ONU, Phillip Alston, não fez rodeios ao alertar recentemente que “os direitos humanos podem não sobreviver ao próximo levante”. Muitos preveem que a migração induzida pelo clima pode estar entre os primeiros “pontos de inflexão”. Já estamos começando a ver como essa questão vai se desenrolar, uma vez que a ação humanitária é restringida justamente quando ela é mais necessária. A criminalização das organizações de busca e resgate que operam no Mediterrâneo oferece um vislumbre desse futuro distópico, enfatizando uma posição política de menor denominador comum que sugere implicitamente que é melhor deixar as pessoas se afogarem no mar, como meio de intimidação, do que resgatá-las. As prisões e acusações de centenas de ativistas, grupos de refugiados, organizações da sociedade civil e membros do público que prestam assistência aos que buscam asilo em toda a UE demonstram a institucionalização dessa abordagem. Alguns Estados europeus chegaram ao ponto de criminalizar a prestação de aconselhamento jurídico a “migrantes ilegais”.

...OS PROGRESSISTAS
PARECEM TER
PERDIDO A BATALHA
NARRATIVA EM
RELAÇÃO À
SEGURANÇA E AOS
DIREITOS HUMANOS...

Tendo previamente enquadrado essas questões como "medidas restritivas", as maiores organizações humanitárias do mundo estão agora adotando a linguagem do "fechamento do espaço", citando uma série de novos limites para seu trabalho: a negação de acesso a instalações de detenção de migrantes, a proibição de serviços humanitários a migrantes sem documentos, a instrumentalização do financiamento humanitário, o abuso da linguagem humanitária para legitimar a contenção e a repressão, e uma série de novas exigências para que os atores humanitários cooperem com as agências de segurança do Estado.⁶³

Olhando mais adiante, pode-se esperar que os potenciais choques econômicos globais, os conflitos e a insegurança causados pelos impactos das mudanças climáticas vão alimentar o autoritarismo e até dar origem a novas formas de "ecofascismo". O espectro de milhões de refugiados climáticos do Oriente Médio, África e Ásia é uma narrativa que já está sendo explorada e marcializada em apoio a resultados de políticas altamente repressivas. Se não houver controle, existe um risco significativo de que as ideologias da direita racista e religiosa possam determinar quais interesses e bem-estares vêm primeiro, em um mundo que não consegue prevenir ou se preparar para crises sistêmicas. Como observado acima, grupos de extrema direita e outros extremistas já estão tirando proveito da pandemia de Covid-19 para promover narrativas e teorias da conspiração contra chineses, judeus e migrantes, além de usar a agitação política para promover suas agendas sociais. No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro absteve-se de pedir medidas minimamente básicas para garantir a subsistência de 11 milhões de cidadãos que vivem em favelas. Na Índia, o "isolamento" anunciado pelo presidente Modi com antecedência de quatro horas causou o deslocamento de centenas e milhares de trabalhadores migrantes — muitos dalits e muçulmanos — resultando no maior êxodo do país desde a separação em 1947, com evidências de brutalidade policial generalizada.⁶⁴

A gravidade da situação que enfrentamos vai exigir que encaremos esses fatores de frente. A disrupção e a reforma desses sistemas vai exigir muito mais do que as estratégias tradicionais de direitos humanos, justiça social e movimentos ambientais.

Aprendendo com a direita: os principais campos de batalha pelo espaço cívico

Conforme observado acima, os desafios que enfrentamos agora não são externos às democracias modernas e liberais; eles têm suas raízes no desenvolvimento contemporâneo delas. Interesses constituídos agindo em nome do liberalismo político e econômico produziram as estruturas que hoje estão na interseção do fechamento do espaço cívico. O poder corporativo e a privatização, a falha das democracias em atender às necessidades de muitos cidadãos e a incessante retórica da segurança nacional também forneceram um terreno fértil para o populismo de direita.⁶⁵ Um valioso estudo, apesar de ter sido negligenciado e difamado até recentemente, documentou meticulosamente como o neoliberalismo abriu caminho para a ascensão do poder corporativo e o esvaziamento da democracia nas últimas quatro décadas.

Isto também foi um retrocesso: uma resposta aos ganhos pós-guerra do movimento trabalhista e às revoluções culturais e políticas do final da década de 1960. O mesmo pode ser dito do esforço concertado para negar ou fazer "*greenwashing*" das mudanças climáticas em face de evidências científicas irrefutáveis. Entre as razões pelas quais a mudança climática agora representa uma ameaça tão significativa ao espaço cívico é que ela expõe os limites do atual sistema econômico global. Isso, por sua vez, exige uma ação radical que ameace interesses constituídos que não tenham a intenção de simplesmente sair de cena. Nesse sentido, o termo "*big tech*", em alusão às gigantes de tecnologia, é de fato análogo a "*big oil*", as gigantes de óleo e gás.

É possível também traçar uma linha reta desde a reação de conservadores religiosos até os ganhos globais em direitos sexuais e reprodutivos e os desafios que as comunidades LBGQTI enfrentam hoje em muitas partes do mundo. Após a Conferência Internacional das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento de 1994, em que esses ganhos foram traduzidos em saúde global e objetivos de desenvolvimento, a direita religiosa aliou-se ao conservadorismo político e investiu em uma estratégia de longo prazo para revidar.

A mesma estratégia deliberada pode ser identificada em relação à deslegitimação sistemática da solidariedade internacional para com a causa dos direitos humanos e da condição de Estado da Palestina, que tem sido um objetivo estratégico de longo prazo de sucessivos governos israelenses. As crescentes restrições e ataques a grupos da sociedade civil pró-palestinos que vemos em todo o mundo refletem o sucesso dessa estratégia em converter apoiadores à sua causa.

Em todo o mundo, vemos atores cívicos e comunidades ativistas sob ataque sistemático, precisamente por causa do poder que desafiam. Em todos esses exemplos, a direita reacionária implantou táticas consistentes que — com grande ironia — derivam de críticas progressistas ao poder e ao controle social, incluindo Gramsci, Foucault e a teologia da libertação.⁶⁶ Muitos entrevistados nos incentivaram a aprender com a “cartilha” da direita, com o objetivo de entender melhor o que estamos enfrentando.⁶⁷ Seis características dessas “contrarrevoluções” se destacam.⁶⁸

1. **Investimento em ideias:** enquanto os financiadores dos direitos humanos e da justiça social priorizam grupos e campanhas em torno de uma única questão, os liberais econômicos e neoconservadores, com o apoio de finanças corporativas, têm investido em ideias e modelos de governança abrangentes que já alcançaram o status “hegemônico”.

A direita entendeu há muito tempo que, no chamado “mercado de ideias”, não é o mérito acadêmico nem o resultado objetivo que importa, mas simplesmente quantas pessoas você consegue influenciar para que comprem uma ideia. De uma pequena rede de *think tanks* de direita criados nos EUA, Reino Unido e Europa para promover uma agenda liberal, as ideias predominantes que geraram as crises atuais estão agora disseminadas na maior parte da mídia corporativa.

Além disso, por meio da crescente presença corporativa nas universidades e das parcerias público-privadas, essas ideias também se enraizaram nas instituições nacionais e internacionais de governança.

2. **Investimento na captura do Estado:** embora a sociedade civil organizada e seus financiadores permaneçam comprometidos a “agir conforme as regras” e a defender os valores da democracia e dos direitos humanos universais — ainda que esses princípios pareçam desmoronar ao seu redor — seus adversários não seguem a mesma cartilha e têm ganhado espaço usando métodos cada vez mais inovadores de contornar ou usurpar essas regras.

Isso envolveu campanhas de longo prazo para capturar ou esvaziar as instituições democráticas, enfraquecer as administrações públicas, cortar os vínculos entre o financiamento público e a organização de comunidades, instrumentalizar o judiciário e minar o estado de direito, incluindo as regras baseadas na ordem supranacional. Organizações internacionais criadas para supervisionar e aprimorar esses arcabouços têm se mostrado, em diversos graus, tão suscetíveis à captura ou esvaziamento quanto suas contrapartes nacionais. Não se trata de sugerir que essas táticas sejam legítimas, mas de admitir uma falha em primeiro reconhecer para depois evitar o fluxo danoso de dinheiro privado, interesses constituídos e retórica prejudicial que chega à vida pública e, com isso, uma falha também em defender a ordem democrática e o princípio fundamental de que os direitos humanos básicos de todos os povos precisam ser protegidos, independentemente da maioria absoluta.

Grande parte dessa deterioração aconteceu sob a supervisão dos governos aparentemente social-democratas do Norte global, que dominaram o início do período pós-Guerra Fria. Essas administrações estavam confortáveis com a privatização, tinham interesse insuficiente no multilateralismo de princípios e eram campeãs da “guerra ao terror”.

...A DIREITA ENTENDEU
HÁ MUITO TEMPO
QUE, NO CHAMADO
“MERCADO DE
IDEIAS”, NÃO É O
MÉRITO ACADÊMICO
NEM O RESULTADO
OBJETIVO QUE
IMPORTA...

3. **Investimento em narrativas baseadas em “valor”:** a forma de abordar os direitos humanos e a justiça social baseada em questões continua a ceder terreno à tradicional retórica direitista da “lei e ordem”, “valores da família” e apelo ao patriotismo. Enquanto a direita claramente encontrou diversos convertidos com relação a essas questões (e a esquerda, muitos traidores), os internacionalistas progressistas têm sido retratados com sucesso como parte de uma "elite liberal" desvinculada das esperanças e temores das "pessoas comuns". Não importa que essa narrativa desafie a lógica e a razão; enfrentar o populismo eleitoral exige alguma análise das ideias às quais o eleitorado está aderindo. Está longe de estar claro que as forças progressistas têm um entendimento comum do que isso significa, menos ainda de como combatê-lo.

Isso é ainda mais desafiador em face de novas e ressurgentes formas de “identitarismo”. Isso inclui a “grande teoria da substituição” promovida pela extrema direita, mas também reivindica que a responsabilidade pelo terrorismo recai sobre o Islã, o multiculturalismo, a imigração e a falha das comunidades de migrantes em se integrarem — reivindicações que normalmente provinham de bases liberais.⁶⁹ Cortes no financiamento de iniciativas de desenvolvimento internacional em apoio a programas de combate ao HIV/AIDS e ao acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, ataques às leis de igualdade de gênero e a deslegitimação de programas de erradicação da violência contra as mulheres estão igualmente baseados na defesa dos valores tradicionais. A apresentação da mudança climática como uma questão da “elite liberal” que ameaça os empregos e os padrões de vida domésticos também fornece uma narrativa que legitima a xenofobia e ameaça selar o destino daqueles que mais sofrerão. A “guerra às drogas” nas Filipinas é apresentada como um mecanismo de proteção social, e tropas islamofóbicas foram instauradas em conjunto com a “guerra ao terror” e a retórica da segurança nacional para justificar ou minimizar os massivos abusos aos direitos humanos na China, em Mianmar, na Caxemira e no nordeste da Índia e nos Territórios Palestinos Ocupados.

Em todo o mundo, a linguagem do populismo é usada para desacreditar o *establishment*, as “elites liberais” e o conhecimento especializado independente a fim de conquistar o eleitorado. Hoje, assim como no passado, o espectro do fascismo está fundamentado em reivindicações de proteção das comunidades locais e de seu “modo de vida” contra ameaças externas.

4. **Investimento nos meios de produção da hegemonia cultural:** enquanto seus adversários florescem, os movimentos progressistas parecem estar divididos por suas próprias políticas de identidade e competem ativamente entre si por escassa atenção, à margem do que foi descrito como uma “bolsa de valores de sentimentos”.

Entre as principais razões para o sucesso da nova direita está seu controle sobre o acesso à esfera pública, primeiro por meio da aquisição da mídia estatal e privada, depois por meio de estratégias bem-sucedidas de mídia social, incluindo *micro-targeting* e desinformação. A direita envolveu-se também em um esforço concertado e igualmente bem-sucedido em países como Turquia, Polônia, Índia e Brasil para influenciar os sistemas educacionais e incorporar sua ideologia por meio da privatização e mudança curricular, do provisionamento ou instrumentalização do financiamento acadêmico e de uma série de ataques a acadêmicos progressistas e ativistas. É difícil exagerar o papel da educação vis-à-vis os valores sociais, o controle do conhecimento e a criação de cultura e, por sua vez, seu impacto na maneira como os jovens se envolvem com a política e as causas políticas.

5. **Investimento em movimentos transnacionais:** embora ondas de movimentos progressistas tenham surgido nos últimos anos em torno dos direitos das mulheres (Pequim e Cairo), da crise financeira e austeridade (Ocupar e os Indignados), da política municipal (Cidades sem Medo), do combate à corrupção (as Revoluções Coloridas), da autocracia (a chamada “Primavera Árabe”) e das mudanças climáticas (Rebelião da Extinção e Greves Escolares pelo Clima), os financiadores têm se engajado apenas minimamente para apoiar, vincular e consolidar o poder cívico que representam.

Em contraste, faz tempo que a direita trabalha transnacionalmente, primeiro no apoio à globalização econômica e agora por meio de novas alianças internacionais da extrema direita. Isso há muito eclipsou o alicerce da solidariedade internacional que uma vez caracterizou as lutas pela autodeterminação contra o domínio colonial, a exploração capitalista e a guerra imperial. Os populistas autoritários de hoje e seus Estados clientes estão colaborando, compartilhando estratégias e exportando tecnologias e conhecimentos entre si. Muitos entrevistados relataram frustração com a “ONGização” de políticas progressistas e um foco avassalador conferido por organizações da sociedade civil e financiadores a reformas políticas, legais e institucionais, em detrimento do trabalho de base e da mobilização das comunidades.

6. **Investimento em previsão e estratégia:** por fim, enquanto a sociedade civil parece ansiosa e despreparada para um futuro incerto, os interesses constituídos mantêm e consolidam o poder tendo uma visão clara sobre o que o futuro reserva, calculando corretamente os riscos, ameaças e vulnerabilidades que enfrentam e agindo para combatê-los.

O capitalismo do desastre é capaz de lucrar com o desastre exatamente por estar tão bem preparado. De corporações multinacionais a agências de Segurança do Estado, de fundos de investimento a seguradoras, os atores mais poderosos do mundo investem muito na manutenção e expansão de suas posições, recursos e cadeias de suprimentos vislumbrando o futuro. Os riscos e oportunidades que eles identificam levam a esforços conjuntos para mudar ou moldar as percepções do público, a política, leis e eventos na base — os quais, por sua vez, têm um efeito profundo no espaço cívico. A Shell está modelando o impacto futuro das mudanças climáticas em suas operações globais, levando em consideração diferentes reações públicas e políticas. Em um recente depoimento perante o congresso dos Estados Unidos, a Exxon revelou ter conhecimento de longa data sobre as mudanças climáticas e suas implicações e a razão pela qual optou por não divulgar essas informações. Incontáveis agências de segurança nacional estão usando o espectro de Estados falidos e de refugiados do clima para expandir seus orçamentos e operações. Conclui-se que qualquer iniciativa estratégica combinada em torno do espaço cívico deve ser fundamentada na mesma abordagem de “*futures thinking*” usada para os desafios que enfrentamos.

A pandemia de Covid-19 já demonstrou que a crise traz grandes oportunidades para a sociedade civil, bem como enormes desafios. Como seria uma “doutrina de choque” progressista? Quais níveis de filantropia progressista seriam necessários para apoiar seu trabalho de base?

...OS ATORES MAIS PODEROSOS DO MUNDO INVESTEM MUITO NA MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DE SUAS POSIÇÕES, RECURSOS E CADEIAS DE SUPRIMENTOS VISLUMBRANDO O FUTURO...

Estratégias de espaço cívico para a próxima década: o que os financiadores podem fazer

Ao longo de muitos anos e décadas, neoconservadores e corporações têm financiado *think-tanks* e institutos de pesquisa neoliberais em apoio às suas agendas econômicas e políticas. A “guerra ao terror” e os arcabouços de segurança nacional de alta tecnologia foram igualmente legitimados por institutos de defesa e “especialistas” em antiterrorismo.

Após a conclusão da análise da FICS, perguntamos a especialistas em economia global, antiterrorismo e segurança, e combate à extrema direita quais intervenções poderiam ser realizadas para interromper os três fatores sistêmicos descritos acima (securitização, poder corporativo e forças antidemocráticas e regressivas) a fim de causar mudanças sistêmicas. Suas propostas são ambiciosas e exigirão que os financiadores do espaço cívico trabalhem de maneira bem diferente da atual. Os especialistas destacaram uma necessidade urgente de investir em ideias e visões; algumas destas já foram identificadas, outras ainda precisam ser encontradas. Levar essas ideias das margens para o centro do poder vai exigir um investimento simultâneo na construção do poder cívico e terá que ter apelo para o público em todo o espectro político. A seguir, falaremos brevemente sobre os quatro conjuntos abrangentes de recomendações que recebemos.

1. DESENVOLVER VISÕES ALTERNATIVAS DA “SEGURANÇA”

Em primeiro lugar, deve haver um esforço concertado para colocar os poderes e práticas desenvolvidas como parte da “guerra ao terror” sob um controle democrático significativo e desenvolver visões alternativas da “segurança”, a fim de preservar o espaço cívico, garantir a responsabilização dos órgãos do Estado e evitar a deslegitimação e a violência perpetradas contra os principais atores e movimentos.

Isso é essencial porque o uso descontrolado do discurso de segurança nacional, o rápido desenvolvimento das tecnologias de vigilância e a para/militarização da polícia estão permitindo que os governos mirem nos manifestantes, atores cívicos e outras formas de dissidência com o mínimo de reação pública ou até mesmo impunidade total. Pode-se esperar que um fenômeno que já era o principal fator do fechamento do espaço cívico em todo o mundo ganhe ainda mais significância à medida que os poderes de emergência implementados durante a crise de saúde pública global ameaçam se fundir com a ordem pública mais ampla e os arcabouços de segurança nacional. Embora seja compreensível que a sociedade civil e os financiadores dos direitos humanos se concentrem na defesa das liberdades civis neste novo clima político, o trabalho para desafiar e reformar esse motivador exige também um trabalho sustentado e de longo prazo. Esse trabalho inclui: expor e causar disrupção na economia política da securitização, incluindo a regulamentação dos setores de segurança interna que promovem e lucram com a alta vigilância tecnológica e as

abordagens securitizadas e, ao mesmo tempo, equipam os Estados com as ferramentas de controle social e repressão política; outro objetivo central deve ser restringir as definições vagas e inespecíficas de terrorismo, extremismo e segurança, a fim de evitar que os Estados abusem de arcabouços legais novos e existentes para fins políticos; e influenciar a infinidade de organismos internacionais que produzem normas de quase-direito e definem padrões internacionais na interseção da segurança, da tecnologia e da resposta a emergências. Tudo isso vai exigir a articulação e o avanço de uma nova visão de segurança que eleva a segurança humana, “causas raiz” e os enfoques comunitários, ao mesmo tempo que reduz as intervenções rígidas de segurança ao último recurso. Isso vai exigir investimento ao longo de uma geração para apoiar um movimento global capaz de desafiar os paradigmas de segurança dominantes, inspirando novos aliados a repensar a segurança e conquistando a adesão dos principais atores públicos e governamentais.

2. AS ALIANÇAS AUTORITÁRIAS DEVEM SER ENCARADAS DE FRENTE

Em segundo lugar, as ameaças à democracia causadas por influências corporativas indevidas, pelo impacto da Internet sobre a política e pelas novas alianças autoritárias devem ser encaradas de frente. Isso é necessário para proteger o pluralismo democrático e os direitos fundamentais e para permitir que a sociedade civil progressista floresça.

Para fortalecer a democracia será necessário redefinir o contrato social entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil, bem como dobrar as apostas em iniciativas para conter a influência corrosiva do lobby corporativo, o financiamento privado de campanhas políticas, a corrupção e o crime organizado. A sociedade civil precisará também de apoio para causar disrupção no capitalismo de vigilância subjacente ao modelo de negócios e na aglomeração de grandes quantidades de dados pessoais e públicos, por meio da promoção de uma agenda de políticas estruturais com foco em direitos sobre os dados, concorrência, educação e serviço público. Isso vai exigir o fortalecimento das vozes e do poder agregado de movimentos liderados por cidadãos que representam os mais marginalizados da sociedade, em particular os movimentos pelos direitos das mulheres, das pessoas LGBTQI, dos migrantes e das minorias, que estão na vanguarda da mudança das normas culturais e sociais e são uma proteção contra o governo majoritário. Os movimentos e setores progressistas — domésticos e transnacionais — precisarão de: financiamento para construir uma visão ampla e inclusiva de um futuro impactado pela saúde pública e pelas crises climáticas; capacidade estratégica de comunicação para apoiar suas visões; investimento em mídia independente e em produção artística e cultural para permitir que atores cívicos construam uma ampla base de apoio popular; e inovação digital para permitir que esses movimentos se organizem e se mobilizem com segurança, protegidos da vigilância e da subversão. O fortalecimento da democracia vai exigir também um esforço conjunto de reflexão sobre a renovação da democracia no nível nacional, bem como o futuro da arquitetura internacional e regional, e que seja estabelecida a base para instituições capazes de salvaguardar os direitos humanos nas próximas décadas.

3. DEMOCRATIZAR A ECONOMIA

Em terceiro lugar, é essencial democratizar a economia e verificar o poder de atores econômicos a fim de reverter a captura corporativa da formulação de políticas e o controle privado da mídia, o que levou à corrupção e a ataques direcionados a organizações da sociedade civil que ameaçam o status quo.

...FORTALECER A
DEMOCRACIA VAI
EXIGIR A REDEFINIÇÃO
DO CONTRATO SOCIAL
ENTRE O ESTADO, O
SETOR PRIVADO E A
SOCIEDADE CIVIL...

O paradigma econômico atual fez surgir concentrações jamais vistas de riqueza e poder, o que, por sua vez, criou um incentivo irresistível para os poderosos minarem a democracia e o espaço cívico a fim de manterem suas posições — uma barreira intransponível para aqueles que defendem reformas no setor privado. Ideias diversas estão surgindo globalmente. A demanda por normas de direitos humanos vinculativas gerada pelo setor de empresas e direitos humanos é parte de uma reformulação mais ampla do papel das corporações, que poderia ver empresas e corporações sendo aproveitadas para o bem público. No Norte Global, modelos econômicos alternativos estão sendo impulsionados pela necessidade de lidar com as mudanças climáticas e fazer uma transição rápida para uma economia verde. Os arcabouços do “Green New Deal” (Novo Acordo Verde) e da “transição justa”, em conjunto com experimentos no campo da “democracia energética”, exigem que os governos, o setor privado e os investidores gerenciem essa transição de maneira justa. Os movimentos de base estão liderando o desenvolvimento de modelos econômicos alternativos no Sul Global, muitos deles enraizados nas tradições de gestão e governança ambiental dos povos indígenas. Se implementadas, essas iniciativas têm o potencial de expandir a democracia e o espaço cívico enfraquecendo a influência indevida de alguns setores empresariais sobre os governos e exigindo que o setor privado e os Estados trabalhem em parceria, em vez de entrarem em conflito com as comunidades e os trabalhadores, particularmente aqueles de baixa renda e de comunidades rurais ou minoritárias. As oportunidades provisórias criadas pela pandemia precisam ser aproveitadas por meio de apoio urgente e em escala àqueles que lideram esse trabalho.

Será claramente impossível implementar uma agenda tão transformadora sem galvanizar o poder cívico mais amplo e o apoio público em uma escala sem precedentes. Isso vai exigir investimentos na construção de movimentos abrangendo diversas questões, fronteiras e gerações. Vai exigir a construção de uma base popular por meio de investimentos em comunicações estratégicas, organizações de mídia progressistas e educação cívica, em apoio a uma visão compartilhada da economia, da segurança e da sociedade.

4. PROVER RECURSOS A ESSAS INICIATIVAS NO LONGO PRAZO

Por fim, nesse horizonte mais amplo e ambicioso para o espaço cívico, há uma necessidade óbvia de prover recursos a essas iniciativas em escala e durante um longo período que reflete tanto o esforço sustentado que será necessário quanto a urgência dos desafios que enfrentamos — particularmente, mas não menos importante, no caso das mudanças climáticas.

A escala do financiamento necessário vai além da filantropia independente; tanto os financiadores do governo quanto a próxima geração de filantropos precisarão ser persuadidos a agir de forma mais radical e urgente. O ônus, neste momento, recai sobre a filantropia progressista que, ao contrário do governo, tem muito mais liberdade para assumir riscos, apoiar a inovação e investir na ruptura das forças que criaram as crises interseccionais que hoje enfrentamos. Temos também o dever de persuadir e inspirar a próxima geração de filantropos a compartilhar nossos valores. A preservação da democracia e do espaço cívico não exige menos que isso.

O que vem a seguir para os financiadores do espaço cívico?

Em dezembro de 2019, a FICS reuniu 40 fundações e 10 especialistas para discutir o futuro do espaço cívico, fundamentados por uma versão preliminar da análise apresentada nesta nota informativa. Os participantes exploraram o que a filantropia poderia fazer para apoiar alianças eficazes entre movimentos e setores, o alinhamento entre as diferentes abordagens para lidar com o fechamento do espaço cívico (uma abordagem de "ecossistema") e o que seria necessário para a ruptura dos motivadores sistêmicos do fechamento do espaço cívico.

No primeiro semestre de 2020, a FICS começou — em parceria com os principais especialistas e fundações — a traçar uma estratégia para financiadores sobre como romper e reformar os motivadores do fechamento do

espaço cívico, incluindo as ameaças e oportunidades imediatas geradas pela pandemia de Covid-19. A FICS está trabalhando também com uma série de fundos e redes de financiamento para liderar uma conversa reflexiva sobre as implicações das descobertas apresentadas neste relatório sobre como a filantropia progressista opera.

Ao longo de 2020, a FICS publicará novas ideias e recomendações de *grantmaking* para espaços cívicos embasadas por esta análise.

Para obter mais informações sobre a convocação, esta análise, ou como podemos trabalhar juntos, entre em contato com FICS@global-dialogue.org

Notas finais

- 1 Para o propósito deste relatório, usamos [a definição de espaço cívico da Civicus](#), que é "o lugar — físico, virtual e legal — onde as pessoas exercem seus **direitos à liberdade de associação, expressão e reunião pacífica**. Formando associações, falando sobre questões de interesse público, reunindo-se em fóruns on-line e off-line e participando da tomada de decisões públicas, os indivíduos usam o espaço cívico para resolver problemas e melhorar vidas. Um espaço cívico robusto e protegido constitui a pedra angular de uma governança democrática, responsável e responsiva e de sociedades estáveis". Para uma discussão mais crítica do conceito de encolhimento do espaço, veja também: Hayes, et al, [On Shrinking Space](#), Transnational Institute, abril de 2017
- 2 O termo "sociedade civil" é mais contestado. Em um contexto de financiamento dos direitos humanos, nos referimos à [definição do OHCHR](#): "Indivíduos e grupos que voluntariamente se engajam em formas de participação e ação públicas em torno de interesses, propósitos ou valores comuns compatíveis com os objetivos da ONU: a manutenção da paz e da segurança, a realização de desenvolvimentos e a promoção e o respeito aos direitos humanos."
- 3 Uma equipe de seis pesquisadores realizou 152 entrevistas entre junho e setembro de 2019. Entre os entrevistados, 54% eram atores da sociedade civil (incluindo OSCs, pesquisadores, grupos de reflexão, acadêmicos, organizações de infraestrutura e representantes da mídia) e 46% eram financiadores (incluindo financiadores públicos e privados e entidades e redes de infraestrutura financiadora). Os entrevistados pertencem a uma mistura de organizações globais, nacionais e de base, e foram classificados em uma série de áreas temáticas, incluindo: responsabilização de atores econômicos (24); proteção ambiental (29); igualdade (32); impacto das mudanças climáticas e respostas (16); direitos humanos e democracia (11).
- 4 Rutzen, D., [Aid Barriers and the Rise of Philanthropic Protectionism](#), International Journal of Not-for-Profit Law, vol. 17, nº 1, março de 2015
- 5 Brechenmacher, S., [Civil Society Under Assault: Repression and Responses in Russia, Egypt, and Ethiopia](#), Carnegie Endowment for International Peace, 2017; Mohan, R., [Narendra Modi's Crackdown on Civil Society in India](#), Op Ed, The New York Times, 9 de janeiro de 2017
- 6 Anderson, K., [The Protestor: Person of the Year 2011](#), Time Magazine, 14 de dezembro de 2011
- 7 Morozov, E., [The Net Delusion: How Not to Liberate the World](#), Penguin, 2012
- 8 Jiménez-Becerril Barrio, T., [Report on addressing shrinking civil society space in developing countries](#), Comitê sobre Desenvolvimento do Parlamento Europeu, 5 de setembro de 2019
- 9 Charbonneau, L., [Multilateralism Under Threat](#), Human Rights Watch, 24 de junho de 2019
- 10 Kaleck, W., [Law Versus Power: Our Global Fight for Human Rights](#), OR Books, 2018
- 11 Freedom House, [Social media are a growing conduit for electoral manipulation and mass surveillance](#), Freedom House, 4 de novembro de 2019
- 12 Brechenmacher, S., Carothers, T., [Defending Civic Space: Is the International Community Stuck?](#), Carnegie Endowment for International Peace, 22 de outubro de 2019
- 13 Article 19, [Vexatious Litigation against Public Participation](#), Global Expression Report 2018/19, Article 19, dezembro de 2019
- 14 Joshi, P., [Philanthropy: Future Trend Report](#), International Center for Not-for-Profit Law, fevereiro de 2020
- 15 Com a Bill and Melinda Gates Foundation contribuindo sozinha com pelo menos US\$ 100 milhões para ferramentas de diagnóstico, desenvolvimento de vacinas, acelerador terapêutico e proteção de comunidades vulneráveis na África e no Sul da Ásia. Para uma visão geral, consulte: [Foundation Maps: Philanthropy's response to coronavirus \(COVID-19\)](#), Candid (contagem de 4,3 bilhões declarada em 7 de abril de 2020)
- 16 McDonald, S., [Ebola: A Big Data Disaster](#), The Centre for Internet & Society, março de 2016
- 17 Joshi, P., [Climate Change: Civic Space Future Trend Report](#), International Center for Not-for-Profit Law, fevereiro de 2020
- 18 Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, [Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty](#), IPCC, 2018
- 19 NASA: Global Climate Change, [The Study of Earth as an Integrated System](#), NASA. Acesso em: fevereiro de 2020
- 20 Hamilton, J., [Poor and marginalised people bear the brunt of climate change](#), Red Pepper, 2 de abril de 2019
- 21 ONU News, [Climate change recognised as "threat multiplier", UN Security Council debates its impact on peace](#), ONU News, 25 de janeiro de 2019; citação sobre desigualdade extraída de entrevista com Asad Rehman, Diretor Executivo da War on Want, realizada como parte da pesquisa

- 22 ONU, [Climate Justice](#), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, 31 de maio de 2019
- 23 Conselho de Direitos Humanos, [Climate change and poverty: Report of the Special Rapporteur on extreme poverty and human rights](#), OHCHR, 25 de junho de 2019
- 24 The World Bank, [Shock Waves: Managing the Impact of Climate Change on Poverty – Background Papers](#), The World Bank, novembro de 2015
- 25 Oxfam, [Extreme Carbon Inequality](#), Oxfam Media Briefing, 2 de dezembro de 2015
- 26 Union of Concerned Scientists, [Explainer: Each Country's Share of CO2 Emissions](#), Union of Concerned Scientists, 16 de julho de 2008, atualizado em 10 de outubro de 2019
- 27 Centro para o Desenvolvimento Global, [Developed Countries Are Responsible for 19 Percent of Historical Carbon Emissions](#), Centro para o Desenvolvimento Global, 18 de agosto de 2015
- 28 Carrington, D., ['Climate apartheid': UN expert says human rights may not survive](#), The Guardian, 25 de junho de 2019
- 29 Veja, por exemplo: Bartlett, J., The People Vs Tech: How the internet is killing democracy (and how we can save it), Ebury Press, 2018
- 30 Zuboff, S., The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power, Public Affairs, 2019
- 31 Joshi, P., [Emerging Technology: Civic Space Future Trend Report](#), International Center for Not-for-Profit Law, fevereiro de 2020
- 32 WIRED, [Google's AI Chief Wants to Do More With Less \(Data\)](#), WIRED, 14 de dezembro de 2019
- 33 Schaake, M., [Big Tech companies want to act like governments](#), Financial Times, 20 de fevereiro de 2020
- 34 Veja as publicações recentes do [The AI Now Institute](#)
- 35 PAX, [Reprogramming War: four reports outlining how universities, tech companies, states and arms producers are all involved](#), PAX, 2019
- 36 Privacy International, [Explainer: The Global Surveillance Industry](#), Privacy International, 16 de fevereiro de 2018
- 37 Feldstein, S., [The Global Expansion of AI Surveillance](#), Carnegie Endowment for International Peace, setembro de 2019
- 38 Namzi, S., [Why India shuts down the internet more than any other democracy](#), BBC News, 19 de dezembro de 2019
- 39 Kaye, D., [The surveillance industry is assisting state suppression. It must be stopped](#), The Guardian, 26 de novembro de 2019
- 40 O ICNL e o ECNL criaram um rastreador para monitorar as novas leis introduzidas em resposta ao vírus a fim de saber quais são eliminadas e quais permanecem em vigor.
- 41 Kleinfeld, R., [Do Authoritarian or Democratic Countries Handle Pandemics Better?](#), Carnegie Endowment for International Peace, 31 de março de 2020
- 42 Walker, S., [Hungary seeks to end legal recognition of trans people amid Covid-19 crisis](#), The Guardian, 2 de abril de 2020
- 43 Burke, J., [Ugandan policy accused of abusing lockdown laws after LGBT arrests](#), The Guardian, 1º de abril de 2020
- 44 Solis, M., [Coronavirus Is the Perfect Disaster for 'Disaster Capitalism'](#), Vice, 13 de março de 2020
- 45 Conselho de Direitos Humanos, [Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of human rights and fundamental freedoms while countering terrorism on the role of measures to address terrorism and violent extremism on closing civic space and violating the rights of civil society actors and human rights Defenders](#), OHCHR, 18 de fevereiro de 2019
- 46 Anistia Internacional, [EU: Orwellian counter-terrorism laws stripping rights under guise of defending them](#), Anistia Internacional, 17 de janeiro de 2017; Tayler, L., Schulte, C., [Targeting Environmental Activists With Counterterrorism Measures is an Abuse of the Law](#), Human Rights Watch, 29 de novembro de 2019; UNGA, [Promotion and protection of human rights and fundamental freedoms while countering terrorism: Note by the Secretary-General, A/70/371](#), ONU, 18 de setembro de 2015
- 47 Kundnani, A., Hayes, B., [The Globalisation of Countering Violent Extremism Policies](#), Transnational Institute, março de 2018; UNGA, [Human rights impact of policies and practices aimed at preventing and countering violent extremism: Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of human rights and fundamental freedoms while countering terrorism](#), A/HRC/43/46, ONU, 21 de fevereiro de 2020
- 48 The European Center for Not-for-Profit Law, [Civil Society & Counter-Terrorism: a summary of the 2019 Human Rights Council report A/HRC/40/52](#), OHCHR, março de 2019

- 49 Egito e Turquia são citados aqui como exemplos de contextos em que uma ampla gama de atores está sendo reprimida — desde grupos pró-democracia e de direitos humanos, jornalistas e meios de comunicação, até grupos curdos e islâmicos.
- 50 Scoseria Katz, A., [The Militarization of Immigration Law: How America's War on Terror Became a War on the Undocumented](#), SSRN, 15 de junho de 2019; Berry, M. et al, [Press Coverage of the Refugee and Migrant Crisis in the EU: A Content Analysis of Five European Countries](#), UNHCR, outubro de 2015; Postelnicescu, C., [Europe's New Identity: The Refugee Crisis and the Rise of Nationalism](#), *Europe's Journal of Psychology*, vol. 12, nº 2, maio de 2016
- 51 International Commission of Jurists, [Extrajudicial killings and enforced disappearances in Latin America: ICJ Commissioners urge continued and expanded engagement by the ICJ](#), ICJ, 28 de junho de 2018; veja também relatórios sobre [execuções extrajudiciais publicados pelo The Diplomat](#)
- 52 Parlamento Europeu, [Fit for purpose? The Facilitation Directive and the criminalisation of humanitarian assistance to irregular migrants:2018 Update](#), Directorate General for Internal Policies of the Union, dezembro de 2018; Fekete, L. et al, [When witnesses won't be silenced: citizens' solidarity and criminalisation](#), *Institute of Race Relations*, 2019; Maccanico, Y. et al, [The shrinking space for solidarity with migrants and refugees](#), *Transnational Institute*, novembro de 2018
- 53 The European Center for Not-for-Profit Law, [Counter-terrorism & Human Rights: Soft Law, Hard Consequences](#), OHCHR, 2019
- 54 Knaus, C., [Fossil-fuel industry doubles donations to major parties in four years, report shows](#), *The Guardian*, 12 de fevereiro de 2020; Greenpeace, [Koch Industries: Secretly Funding the Climate Denial Machine](#), Greenpeace. Acesso em: abril de April 2020. Monbiot, G., [How the world's dirtiest industries have learned to pollute our politics](#), *The Guardian*, 7 de agosto de 2019; Sengupta, S. et al, [How One Billionaire Could Keep Three Countries Hooked on Coal for Decades](#), *The New York Times*, 15 de agosto de 2019
- 55 Lubbers, E., [Undercover Research: Corporate and police spying on activists. An introduction to activist intelligence as a new field of surveillance](#), *Surveillance and Society*, vol. 13, nº. 3–4, 2015; Evans, R., Jones, M., [Surveillance firms spied on campaign groups for big companies, leak shows](#), *The Guardian*, 12 de dezembro de 2017
- 56 Veja relatórios sobre [direitos territoriais e deslocamentos publicados pelo Business & Human Rights Resource Center](#)
- 57 Veja relatórios anuais publicados pela Anistia Internacional e pela Global Witness. Veja também dados do [Committee to Protect Journalists](#).
- 58 Cave, T., Rowell, A., [The truth about lobbying:10 ways big business controls government](#), *The Guardian*, 12 de março de 2014
- 59 Veja, por exemplo: Seitz, K., [A Fatal Attraction? Business engagement with the 2030 Agenda](#), MISEREOR, Brot für die Welt, Global Policy Forum, fevereiro de 2019
- 60 Fórum Econômico Mundial, [Comunicado de imprensa: WEF and UN Sign Strategic Partnership Framework](#), Fórum Econômico Mundial, 13 de junho de 2019
- 61 Gleckman, H., [Multi-stakeholderism: a corporate push for a new form of global governance](#), *Transnational Institute*, janeiro de 2016
- 62 Global Initiative Against Transnational Organized Crime, [Freedom of press threatened by organized crime in Western Balkans](#), Global Initiative Against Transnational Organized Crime, 4 de setembro de 2018
- 63 International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies, [New Walled Order: How barriers to basic services turn migration into a humanitarian crisis](#), IFRC, 2018; Starke, D., [Shrinking humanitarian space – a fatal reality for search and rescue NGOs in the Central Mediterranean Sea](#), *Friends of Europe*, 31 de outubro de 2019; ONU, [Comunicado à Imprensa: Aid Operations under Increasing Threat as State, Non-State Combatants Ignore International Law, Humanitarian Affairs Chief Warns Security Council](#), ONU, 1º de abril de 2019
- 64 Slater, J., Masih, N., [In India, the world's biggest lockdown has forced migrants to walk hundreds of miles home](#), *The Washington Post*, 27 de março de 2020
- 65 Balfour, R., [The \(Resistable\) Rise of Populism in Europe and its Impact on European and International Cooperation](#), *Challenges Ahead for the European Union: IEMed. Mediterranean Yearbook 2017*, 2017
- 66 George, S., [Winning the War of Ideas](#), *Transnational Institute*, 1º de julho de 1997
- 67 Para esclarecer, o objetivo aqui não é emular a direita, mas compreender melhor como seus sucessos podem ser combatidos e revertidos.
- 68 Reconhecemos que em 2020 não existe uma simples dicotomia esquerda-direita, seja discutindo partidos políticos ou seus eleitores. No entanto, não acreditamos que isso diminua a relevância ou utilidade da análise que se segue.
- 69 Kundnani, A., [The Muslims Are Coming! Islamophobia, Extremism, and the Domestic War on Terror](#), Verso, dezembro de 2014

A década de 2020 será uma década de transição, mas não está claro qual será a forma que essa transição assumirá ou quais serão os valores e normas que a guiarão.

O que são essas mudanças globais, como elas impactarão o espaço cívico e como nós — financiadores que investem em causas e movimentos progressistas — devemos responder?

Criada em 2016, a Funders' Initiative for Civil Society (FICS) reúne agentes da filantropia privada de todo o mundo para ajudar a defender e ampliar o espaço de participação da sociedade civil. Este resumo informativo para financiadores sumariza as principais conclusões da análise da FICS realizada em 2019, que buscou elaborar um arcabouço estratégico para que financiadores independentes pudessem responder de forma mais eficaz ao fenômeno do fechamento do espaço cívico por meio de intervenções colaborativas e direcionadas.

global-dialogue.org/programmes/funders-initiative-for-civil-society

Funders' Initiative
for Civil Society

at  Global Dialogue